

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.861 - PR
(2019/0037111-9)**

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADO : JOSUÉ DYONISIO HECKE - PR010835
AGRAVADO : CELIA REGINA DA SILVA BONDEZAN
AGRAVADO : LUCIMARA CRISTINA BONDEZAN
AGRAVADO : BRUNO BONDEZAN
AGRAVADO : NIVALDO BONDEZAN JUNIOR
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO DA SILVA E OUTRO(S) - PR045468
AGRAVADO : TERRAPLENAGEM CALEDONIA LTDA
AGRAVADO : ALBERTO GUSTAVO ZIMMERMANN NETO
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS DE MORAIS GOTTARDI E OUTRO(S) -
SC014146
DÉBORA CÂNDIDA SPAGNOL - PR036823

EMENTA

CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA RESTRITIVA. DEVER DE INFORMAÇÃO. CDC. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "No âmbito contratos que regulam as relações de consumo, o consumidor só se vincula às disposições neles inseridas se lhe for dada a oportunidade de conhecimento prévio do seu conteúdo (CDC, art. 46), especialmente no que diz respeito a cláusulas que importem restrição de direitos" (REsp 1.660.164/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. No caso concreto, para alterar a conclusão do Tribunal de origem de que a seguradora não logrou demonstrar a ciência, pelo consumidor, das cláusulas restritivas de direito, seria necessária nova análise de matéria fática, inviável em recurso especial.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**/Relator